



**Relatório de Auditoria das
Demonstrações Financeiras**

**Programa de Expansão e Melhoria da
Assistência Especializada à Saúde no
Estado do Ceará (PROEXMAES II)**

Contrato de Empréstimo nº 3703/OC-BR

Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Período: 01.01.2020 a 31.12.2020

Fortaleza/Ceará

2021

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA

Ao Senhor: Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho

Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará que compreendem a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados, para o período 01.01.2020 a 31.12.2020, expressos em reais e dólares estadunidenses, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, executado pela Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Ceará, parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 3703/OC-BR e com aportes do Governo do Estado do Ceará.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa no período de 01.01.2020 a 31.12.2020, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas (Resolução Administrativa TCE-CE nº 01/2016) e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo(s) de ênfase(s) e outros assuntos: Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o seguinte fato:

Ênfase:

- **Bases contábeis:** A nota explicativa nº 2, integrante das demonstrações financeiras, descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras básicas, elaboradas para auxiliar o Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará a demonstrar o cumprimento da Cláusula 5.02 combinada com o Artigo 7.03 do Contrato de Empréstimo nº 3703/OC-BR. As demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações para a administração do referido Programa e para o BID. Consequentemente, podem não servir para outras finalidades.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrito na Nota Explicativa nº 2, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Programa.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros requisitos legais e/ou regulatórios

Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do contrato de empréstimo nº 3703/0C-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

Fortaleza, 19 de abril de 2021.

Assinam digitalmente este documento:

Elaboração:

JOCYRRÉGIA MARIA PEIXOTO
ALVES:20951540378

Assinado de forma digital por
JOCYRRÉGIA MARIA PEIXOTO
ALVES:20951540378
Dados: 2021.04.21 09:34:26 -03'00'

Jocyrrégia Maria Peixoto Alves
Técnica de Controle Externo

MANUEL SALGUEIRO
RODRIGUES
JUNIOR:68393555353

Assinado de forma digital por
MANUEL SALGUEIRO RODRIGUES
JUNIOR:68393555353
Dados: 2021.04.20 11:45:14 -03'00'

Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior
Analista de Controle Externo
Contador CRC-CE 012.836/O-4

NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: Unidade de Gerenciamento do Programa
EXPANSÃO E MELHORIA DA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA À SAÚDE - PROEXMAES II
Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 3703/OC-BR
Exercício: 2020

Expresso em Dólar US\$

	Período terminado em 31/12/2020			Período terminado em 31/12/2019		
	BID	Contrapartida	Total	BID	Contrapartida	Total
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no Início do Período	33.437.661,11	425.191,30	33.862.852,41	13.130.588,24	160.165,49	13.290.753,73
Durante o Período						
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pgts diretos)	42.030.179,94	0,00	42.030.179,94	20.307.072,87	0,00	20.307.072,87
Juros recebidos	0,00	565.648,98	565.648,98	0,00	425.191,30	425.191,30
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-425.191,30	-425.191,30	0,00	-160.165,49	-160.165,49
Outros (detalhar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Recursos	75.467.841,05	565.648,98	76.033.490,03	33.437.661,11	425.191,30	33.862.852,41
Recebidos						
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no Início do Período	26.185.742,20	0,00	26.185.742,20	8.404.014,28	0,00	8.404.014,28
Durante o Período						
Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	49.012.281,43	0,00	49.012.281,43	15.456.806,24	0,00	15.456.806,24
Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.010.316,62	0,00	-4.010.316,62	-1.685.394,94	0,00	-1.685.394,94
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	985.473,29	0,00	985.473,29	4.010.316,62	0,00	4.010.316,62
Outros (detalhar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Desembolsado	72.173.180,30	0,00	72.173.180,30	26.185.742,20	0,00	26.185.742,20
Saldo Disponível ao Final do Período	3.294.660,75	565.648,98	3.860.309,73	7.251.918,91	425.191,30	7.677.110,21

Notas Explicativas:

Devido a alteração na regra de arredondamento na conversão cambial (de 4 casas decimais para 2), os valores do desembolso acumulado dos componentes 02 e 03, fonte BID, estão com divergência de USD 0,01, onde o Componente 02 está USD 0,01 maior e o Componente 03 está USD 0,01 menor, em comparação ao LMS1. Apesar da diferença apontada, o valor total acumulado não foi impactado.

Secretário(a) de Saúde do Estado do Ceará
Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho

Coordenador(a) UGP/SESA
Domenico Abbate

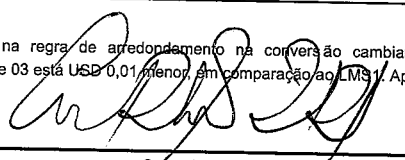
NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: Unidade de Gerenciamento do Programa
EXPANSÃO E MELHORIA DA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA À SAÚDE - PROEXMAES II
Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 3703/OC-BR
Exercício: 2020

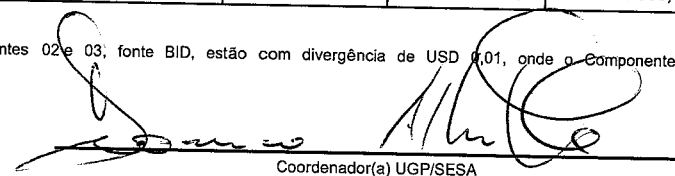
Expresso em Real

	Período terminado em 31/12/2020			Período terminado em 31/12/2019		
	BID	Contrapartida	Total	BID	Contrapartida	Total
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no Início do Período						
Durante o Período						
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pgts diretos)	128.796.432,62	1.713.563,46	130.509.996,08	47.691.927,98	620.513,15	48.312.441,13
Juros recebidos	216.892.521,58	0,00	216.892.521,58	81.104.504,64	0,00	81.104.504,64
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	2.939.168,65	2.939.168,65	0,00	1.713.563,46	1.713.563,46
Outros (detalhar)	0,00	-1.713.563,46	-1.713.563,46	0,00	-620.513,15	-620.513,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Recursos	345.688.954,20	2.939.168,65	348.628.122,85	128.796.432,62	1.713.563,46	130.509.996,08
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no Início do Período						
Durante o Período						
Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	98.555.930,67	0,00	98.555.930,67	30.149.248,74	0,00	30.149.248,74
Ajustes de Exercícios Anteriores	240.467.403,40	0,00	240.467.403,40	58.557.332,39	0,00	58.557.332,39
Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	-16.104.692,87	0,00	-16.104.692,87	-6.255.343,33	0,00	-6.255.343,33
Outros (detalhar)	5.242.718,03	0,00	5.242.718,03	16.104.692,87	0,00	16.104.692,87
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Desembolsado	328.161.359,23	0,00	328.161.359,23	98.555.930,67	0,00	98.555.930,67
Saldo Disponível ao Final do Período	17.527.594,97	2.939.168,65	20.466.763,62	30.240.501,95	1.713.563,46	31.954.065,41

Notas Explicativas:

Devido a alteração na regra de arredondamento na conversão cambial (de 4 casas decimais para 2), os valores do desembolso acumulado dos componentes 02 e 03, fonte BID, estão com divergência de USD 0,01, onde o Componente 02 está USD 0,01 maior e o Componente 03 está USD 0,01 menor, em comparação ao LMS 1. Apesar da diferença apontada, o valor total acumulado não foi impactado.


Secretário(a) de Saúde do Estado do Ceará
Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho


Coordenador(a) UGP/SESA
Domenico Abbate



NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: Unidade de Gerenciamento do Programa
EXPANSÃO E MELHORIA DA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA À SAÚDE - PROEXMAES II
Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 3703/OC-BR
Exercício: 2020

Expresso em Dólar US\$

Categorias de Investimento	Orçamento Vigente			Acumulado em 31/12/2019			Movimento do Exercício 2020			Acumulado até 31/12/2020			Disponível para Aplicação		
	Projeto	BID	Aporte Local	Projeto	BID	Aporte Local	Projeto	BID	Aporte Local	Projeto	BID	Aporte Local	Projeto	BID	Aporte Local
1 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	50.830.457,00	27.338.203,00	23.492.254,00	172.174,38	172.174,38	0,00	2.441.789,33	2.441.789,33	0,00	2.613.963,71	2.613.963,71	0,00	48.216.493,29	24.724.239,29	23.492.254,00
2 - AMPLIAÇÃO DO ACESSO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE	117.769.543,00	85.761.797,00	32.007.746,00	24.384.979,05	24.384.979,05	0,00	42.670.942,81	42.670.942,81	0,00	67.055.921,86	67.055.921,86	0,00	50.713.621,14	18.705.875,14	32.007.746,00
3 - ADMINISTRAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	9.900.000,00	9.900.000,00	0,00	1.628.588,77	1.628.588,77	0,00	874.705,96	874.705,96	0,00	2.503.294,73	2.503.294,73	0,00	7.396.705,27	7.396.705,27	0,00
Total	178.500.000,00	123.000.000,00	55.500.000,00	26.185.742,20	26.185.742,20	0,00	45.987.438,10	45.987.438,10	0,00	72.173.180,30	72.173.180,30	0,00	106.326.819,70	50.826.819,70	55.500.000,00

Notas Explicativas:

Devido a alteração na regra de arredondamento na conversão cambial (de 4 casas decimais para 2), os valores do desembolso acumulado dos componentes 02 e 03, fonte BID, estão com divergência de USD 0,01, onde o Componente 02 está USD 0,01 maior e o Componente 03 está USD 0,01 menor, em comparação ao LMS1. Apesar da diferença apontada, o valor total acumulado não foi impactado.

Secretário(a) de Saúde do Estado do Ceará
Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho

Coordenador(a) UGP/SESA
Domenico Abbate



NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: Unidade de Gerenciamento do Programa
EXPANSÃO E MELHORIA DA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA À SAÚDE - PROEXMAES II
Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 3703/OC-BR
Exercício: 2020

Expresso em Real

Categorias de Investimento	Orçamento Vigente			Acumulado em 31/12/2019			Movimento do Exercício 2020			Acumulado até 31/12/2020			Disponível para Aplicação		
	Projeto	BID	Aporte Local	Projeto	BID	Aporte Local	Projeto	BID	Aporte Local	Projeto	BID	Aporte Local	Projeto	BID	Aporte Local
1 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	270.418.031,24	145.439.239,96	124.978.791,28	646.570,04	646.570,04	0,00	12.593.664,30	12.593.664,30	0,00	13.240.234,34	13.240.234,34	0,00	257.177.796,90	132.199.005,62	124.978.791,28
2 - AMPLIAÇÃO DO ACESSO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO A SAÚDE	626.533.968,76	456.252.760,04	170.281.208,72	91.758.675,60	91.758.675,60	0,00	212.414.004,81	212.414.004,81	0,00	304.172.680,41	304.172.680,41	0,00	322.361.288,35	152.080.079,63	170.281.208,72
3 - ADMINISTRAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	52.668.000,00	52.668.000,00	0,00	6.150.685,03	6.150.685,03	0,00	4.597.759,45	4.597.759,45	0,00	10.748.444,48	10.748.444,48	0,00	41.919.555,52	41.919.555,52	0,00
Total	949.620.000,00	654.360.000,00	295.260.000,00	98.555.930,67	98.555.930,67	0,00	229.605.428,56	229.605.428,56	0,00	328.161.359,23	328.161.359,23	0,00	621.458.640,77	326.198.640,77	295.260.000,00

Notas Explicativas:

Devido a alteração na regra de arredondamento na conversão cambial (de 4 casas decimais para 2), os valores do desembolso acumulado dos componentes 02 e 03, fonte BID, estão com divergência de USD 0,01, onde o Componente 02 está USD 0,01 maior e o Componente 03 está USD 0,01 menor, em comparação ao LMSI. Apesar da diferença apontada, o valor total acumulado não foi impactado.

Secretário(a) de Saúde do Estado do Ceará
Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho

Coordenador(a) UGP/SESA
Domenico Abbate

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA
DE EXPANSÃO E MELHORIA DA ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA À SAÚDE NO
ESTADO DO CEARÁ (PROEXMAES II)**

1. Descrição do Programa

O objetivo geral do PROEXMAES II é contribuir para melhorar as condições de saúde da população do Estado do Ceará, mediante a expansão do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços especializados de saúde, promovendo a integração entre os distintos níveis de atenção e assegurando a implantação de redes regionalizadas de atenção à saúde.

O contrato de empréstimo para execução do PROEXMAES II (Nº 3703/OC-BR) foi firmado em 28 de dezembro de 2017, entre o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o custo equivalente, quadro abaixo, à US\$ 178.500.000,00, (cento e setenta e oito milhões e quinhentos mil dólares americanos), dos quais, US\$ 123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de dólares americanos), são financiados pelo BID e US\$ 55.500.000,00 (cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil Dólares) referem-se a contrapartida do Governo do Estado. O prazo de execução do PROEXMAES II está estimado em 05 (cinco) anos.

O Programa está estruturado em 03 (três) componentes, descritos a seguir, com orçamento apresentado no quadro abaixo:

- **Componente 01: Fortalecimento da Gestão e Melhoria da Qualidade dos Serviços.**
O objetivo deste componente é aumentar a eficiência das redes regionalizadas de saúde e a qualidade de seus serviços, por meio da melhoria dos aspectos logísticos e da gestão clínica e gerencial;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

- Componente 02: Ampliação do Acesso e Consolidação das Redes de Atenção à Saúde (RAS). O objetivo deste componente é ampliar o acesso aos serviços de média e alta complexidade em regiões prioritárias, assegurando sua integração com a Atenção Primária à Saúde (APS) e garantindo o cuidado integral.
- Componente 03: Administração, Avaliação e Auditoria. O objetivo deste componente é apoiar o Órgão Executor na execução do Programa e no acompanhamento dos resultados esperados.

Em US\$

CATEGORIAS	BID	Local	Total
Componente 1: Fortalecimento da gestão e melhoria da qualidade dos serviços	27.338.203	0	27.338.203
Componente 2: Ampliação do acesso e consolidação da RAS	85.761.797	55.500.000	141.261.797
Componente 3: Administração, avaliação e auditoria	9.900.000	0	9.900.000
TOTAL	123.000.000	55.500.000	178.500.000

Fonte: Elaboração própria a partir da Matriz de Investimento do Programa

Para tanto, a UGP, que é responsável pela execução e pelo monitoramento do desempenho do progresso da implementação do Programa, deverá proporcionar os meios e as condições necessárias às inspeções, auditorias e produção de documentação.

Em abril de 2020 foi assinado o Instrumento de Alteração Contratual nº1, com alterações ao Anexo Único do Contrato de Empréstimo em epígrafe, para refletir as ações e projetos definidos pela nova gestão (2019-2022) para compor os componentes 1 e 2 do Programa, de modo a alcançar o objetivo geral do programa, qual seja contribuir para a melhoria das condições de saúde da população do Ceará, mediante o incremento do acesso e da qualidade dos serviços, bem como por meio da melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a atingir as metas e indicadores planejados, onde:

UGPPROEXMAES II

- Componente 1: serão financiados, entre outros: (i) serviços de consultoria para planejamento de processos, sistemas de recurso para gestão das redes; (ii) reforma e ampliação das instalações das coordenações regionais; (iii) projeto, infraestrutura e aquisições de bens para implantação de central de regulação, de laudos e de inteligência; (iv) reestruturação de processos e informatização da gestão de toda a rede própria; (v) fortalecimento dos sistemas de regulação do acesso; (vi) desenvolvimento e implementação de protocolos clínicos e linhas de cuidados prioritárias (materno-infantil, doenças crônicas não transmissíveis, dentre outros); (vii) acreditação de aproximadamente 20 (vinte) unidades de saúde de média complexidade (policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas (CEOS); (viii) capacitação e formação de recursos humanos;
- Componente 2: financiará, entre outros: (i) Projeto, construção e aquisição de equipamentos do Hospital Regional do Litoral-Jaguaribe; (ii) Construção e aquisição de equipamentos do Hospital Estadual Universitário; (iii) Aquisição de equipamentos para as Policlínicas do Estado; (iv) Adequações físicas e aquisições de equipamentos para as macrorregiões do estado.

Assim o orçamento do Programa seguirá o quadro abaixo sem alteração do prazo de execução:

Em US\$

CATEGORIAS	BID	Local	Total
Componente 1: Fortalecimento da gestão e melhoria da qualidade dos serviços	27.338.203	23.492.254	50.830.457
Componente 2: Ampliação do acesso e consolidação da RAS	85.761.797	32.007.746	117.769.543
Componente 3: Administração, avaliação e auditoria	9.900.000	0	9.900.000
TOTAL	123.000.000	55.500.000	178.500.000

Fonte: Elaboração própria a partir da Matriz de Investimento do Programa

2. Principais Políticas Contábeis

▪ Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo "IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".

▪ Unidade Monetária

Os registros contábeis do Programa são mantidos em dólares dos Estados Unidos, de acordo com os requisitos do BID. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos do dinheiro recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio negociada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará com os agentes bancários no momento do recebimento desses recursos (internalização).

Os pagamentos efetuados com os recursos de cada internalização seguem as mesmas regras de conversão para o valor equivalente em dólares.

A taxa de câmbio aplicável à conversão dos pagamentos em reais para dólares é a taxa estipulada na cláusula 3.03, do Contrato de Empréstimo. Esta cláusula determina as seguintes regras de conversão:

- Para os pagamentos com recursos do financiamento, aplica-se a regra constante no item (i) disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, ou seja, a mesma taxa da internalização dos recursos financiados para moeda local;

- Para o reconhecimento dos pagamentos a débito da contrapartida local, aplica-se a regra constante no item (ii) disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, ou seja, taxa de câmbio de compra indicada pelo Banco Central do Brasil na data de pagamento da despesa em moeda local.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2020 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais.

ANO	2020	
CONTA	R\$	US\$
Saldo em conta corrente (operativa)	0,00	0,00
Saldo em conta investimento (aplicação)	17.561.541,11	3.301.193,68
TOTAL	17.561.541,11	3.301.193,68

Até 31 de dezembro de 2020 foram registradas receitas provenientes de juros no total de US\$ 565.648,98¹ (R\$2.939.168,65).

RENDIMENTOS DA CONTA APLICAÇÃO			
Data	Status	Descrição	Valor (R\$)
31/05/2018	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 1) - mai/18	76.389,78
30/06/2018	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 1) - jun/18	83.989,16
31/07/2018	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 1) - jul/18	84.687,02
31/08/2018	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 1) - ago/18	79.058,97
30/09/2018	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 1) - set/18	41.796,58
31/10/2018	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 1) - out/18	22.159,17
30/11/2018	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 1 e 2) - nov/18	125.668,58
31/12/2018	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 2) - dez/18	106.763,89
31/01/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 2) - jan/19	95.449,15
28/02/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 2) - fev/19	86.517,18

¹ Câmbio (R\$/US\$) 5,1961 de 31/12/2020.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

31/03/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 2) - mar/19	68.071,46
30/04/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 2) - abr/19	57.552,77
31/05/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 2) - mai/19	35.911,96
30/06/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 2 e 3) - jun/19	80.179,04
31/07/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 3) - jul/19	208.909,33
31/08/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 3) - ago/19	141.650,04
30/09/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 3) - set/19	109.965,40
31/10/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 3) - out/19	66.932,25
30/11/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 3) - nov/19	35.029,50
31/12/2019	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 3 e 4) - dez/19	106.882,23
31/01/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 4) - jan/20	114.060,46
29/02/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 4) - fev/20	89.210,40
31/03/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 4) - mar/20	90.824,98
30/04/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 5) - abr/20	358.622,51
31/05/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 5) - mai/20	233.544,46
30/06/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 5) - jun/20	45.987,15
31/07/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 5 e 6) - jul/20	82.832,24
31/08/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 5 e 6) - ago/20	55.581,73
30/09/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 5 e 6) - set/20	45.129,16
31/10/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 6) - out/20	40.520,31
30/11/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 6) - nov/20	35.345,65
31/12/2020	Sacado	Rendimentos acumulados (Internalização 6) - dez/20	33.946,14
TOTAL			2.939.168,65

4. Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo pendente de justificação ao BID foi de US\$ 985.473,29 (R\$5.242.718,03), e está representado na solicitação de desembolso 21 (Prestação de Contas) enviada ao BID em 17 de fevereiro de 2021.

5. Adiantamentos (Antecipos) e justificativas

Conciliação dos adiantamentos e justificativas de gastos com a OPS-1 segue no quadro abaixo:

UGPPROEXMAES II

Av. Almirante Barroso, Nº 600 - Praia de Iracema - CEP: 60.060-440 – Fortaleza - Ceará. Fone: 3101.5117

ANO	2020	
SALDO	R\$	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período	46.345.194,82	11.262.235,53
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	240.467.403,40	49.012.281,43
(+) Adiantamentos recebidos	216.892.521,58	42.030.179,94
(=) Saldo de Adiantamentos no encerramento do período	22.770.313,00	4.280.134,04
Saldo OPS-1	0,00	4.280.134,04

6. Fundos de Contrapartida Nacional

O governo do Estado do Ceará assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 55.500.000,00, como contrapartida local. Até a data de 31 de dezembro de 2020, o Governo não contribuiu com Programa.

7. Ajustes de Períodos Anteriores

Devido à atualização cambial, as receitas provenientes de juros dos recursos aplicados na conta do Programa até 2019, no valor de US\$ 425.191,30 (R\$ 1.713.563,46), foram tratadas no Demonstrativo de Fluxo de Caixa do ano de 2020 como Ajustes de Exercícios Anteriores. Dessa forma, o valor acumulado das receitas provenientes de juros foi atualizado para o câmbio de 31 de dezembro de 2020, resultando no valor de US\$ 565.648,98 (R\$ 2.939.168,65).

O saldo pendente de justificação ao BID em 31 de dezembro de 2019 foi de US\$4.010.316,62 (R\$16.104.692,87), sendo este, inserido no Desembolso nº 15 (Prestação de Contas) e enviado ao BID em 10 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo pendente de justificação ao BID foi de US\$ 985.473,29



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

(R\$5.242.718,03), saldo este inserido na solicitação de desembolso 21 (Prestação de Contas) enviada ao BID em 17 de fevereiro de 2021.

8. Aquisição de Bens e Serviços

OBJETO	Contrato	ANO
AQUISIÇÃO DE HEMODINÂMICA	1117/2020	2020
MACA DE TRANSPORTE (06)	225/2020	2020
MICROCOMPUTADOR	130/2020	2020
SWITCH L2 48 PORTAS	100/2020	2020
MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - COVID-19	326/2020	2020
VENTILADORES PULMONARES	312/2020	2020
MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO PARTE II	1461/2020	2020
MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO PARTE I	1462/2020	2020
MOBILIÁRIO HOSPITALAR	1383/2020	2020
NOTEBOOK TIPO I, PROJETOR MULTIMÍDIA TIPO I	1180/2020	2020
AQUISIÇÃO DE LASER DIODO PARA TRATAMENTO DE RETINA	1373/2020	2020
MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO	1499/2020	2020
PRONO SUPINADOR BALANÇIM PROPRIOCEPTIVO EXERCITADOR DE PÉ E TORNOZELO EXERCITADORES DE MÃOS E DEDOS PRANCHA DE PROPRIOCEPÇÃO REDONDA OU RETANGULAR PRANCHA DE QUADRÍCEPS ESCADA DIGITA EM MADEIRA PLATAFORMA DE INVERSÃO E EVERSAO TÁBUA DE ALONGAMENTO TRÍCEPS SURAL RODA OMBRO ESCADA COM RAMPA ADULTO/INFANTIL TABLADO PARA FISIOTERAPIA ANDADEIRA ORTOPÉDICA	021/2020	2020
CONTRATAÇÃO DIRETA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA O "DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA O FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ", COM A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR.	093/2020	2020
CONTRATAÇÃO DIRETA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA APOIAR A ORGANIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE SAÚDE REGIONALIZADA DA SESA E IMPLEMENTAÇÃO	1227/2020	2020

UGPPROEXMAES II



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

OBJETO	Contrato	ANO
DA FUNDAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE		
LICENÇA OU RENOVAÇÃO DE USO DE SOFTWARE ANTIVIRUS KAPERSKY PARA SERVIDORES E ESTAÇÕES DE TRABALHO, ESTAÇÕES MÓVEIS E SMATPHONES COM ATUALIZAÇÃO CONTINUADA POR 36(TRINTA E SEIS)MESES	630/2020	2020
AVENTAL PLUMBÍFERO	295/2020	2020
POLTRONA RECLINÁVEL	297/2020	2020

9. Categorias de Inversão

9.1. Custo das Atividades

Em US\$			
CATEGORIAS	BID	Local	Total
Componente 1: Fortalecimento da gestão e melhoria da qualidade dos serviços	27.338.203	23.492.254	50.830.457
Componente 2: Ampliação do acesso e consolidação da RAS	85.761.797	32.007.746	117.769.543
Componente 3: Administração, avaliação e auditoria	9.900.000	0	9.900.000
TOTAL	123.000.000	55.500.000	178.500.000

9.2. Gastos Financeiros

9.2.1. Juros e comissão de crédito

Conforme as CLÁUSULAS 2.06 e 2.07, constantes das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, os custos financeiros no exercício de 2020 tem-se os pagamentos de juros e comissão de crédito, que ocorreram conforme o quadro a seguir:

UGPPROEXMAES II

Av. Almirante Barroso, Nº 600 - Praia de Iracema - CEP: 60.060-440 – Fortaleza - Ceará. Fone: 3101.5117



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

DATA	2020
Comissão de Crédito - 15/04/20	230.586,03
Juros - 15/04/20	432.691,52
Comissão de Crédito - 15/10/20	114.765,36
Juros - 15/10/20	600.728,34
TOTAL	1.378.771,25

9.2.2. Fundo de Inspeção e Vigilância – FIV

Conforme a CLÁUSULA 2.08, constante das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, não existe previsão, no contrato de empréstimo, de recursos para Fundos de Inspeção e Vigilância.

10. Desembolsos Efetuados

O montante de desembolsos (adiantamento de recurso ou justificativa de gastos) efetuados dos recursos do empréstimo, no exercício de 2020, foi conforme abaixo:

ADIANTAMENTO DE RECURSOS	R\$	US\$
Desembolso nº 16	188.835.799,50	36.756.360,00
Desembolso nº 18	28.056.722,08	5.273.819,94
TOTAL	216.892.521,58	42.030.179,94

JUSTIFICATIVA DE GASTOS	R\$	US\$
Desembolso nº 15	16.104.692,87	4.010.316,62
Desembolso nº 17	197.463.886,41	39.801.482,81
Desembolso nº 19	20.536.404,79	3.997.353,72
Desembolso nº 20	6.362.419,33	1.203.128,28
TOTAL	240.467.403,40	49.012.281,43

Cabe ressaltar que os gastos que compõe o Desembolso nº 21 (Justificativa de gastos) US\$ 985.473,29 (R\$5.242.718,03), enviado ao BID em 17 de fevereiro de 2021, referem-se à pagamentos realizados em dezembro de 2020.

Esses valores estão conforme os registrados nas Demonstrações de Fluxo de Caixa. Os valores desembolsados pelo Banco conciliam com os registrados no sumário financeiro do BID (OPS-1) e relatório de desembolsos (OPS-10).

11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

Em US\$

DESCRIÇÃO	2020		
	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	72.173.180,30	0,00	72.173.180,30
Demonstrativo de Investimentos	72.173.180,30	0,00	72.173.180,30
Diferença	0,00	0,00	0,00



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

12. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (OPS-1 Executive Summary), por Categorias de Inversão.

Em US\$

DESCRIÇÃO	2020		
	Demonstrativo de Investimento Acumulado	OPS-1	Diferença
COMPONENTE 1 - Fortalecimento da Gestão e Melhoria da Qualidade dos Serviços	2.613.963,71	2.103.865,98	510.097,73
COMPONENTE 2 - Ampliação do Acesso e Consolidação da RAS	67.055.921,86	66.835.777,03	220.144,83
COMPONENTE 3 - Administração e Avaliação	2.503.294,73	2.248.064,00	255.230,73
TOTAL	72.173.180,30	71.187.707,01	985.473,29

Os valores apontados como diferença entre a demonstração de Investimentos e o OPS-1 são equivalentes aos valores pagos no exercício e justificados junto ao BID no exercício seguinte.

13. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do OPS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Em US\$

DESCRIÇÃO	2020
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	75.467.841,05
OPS - 1 (Disbursed Life)	75.467.841,05
Diferença	0,00

14. Contingências

No ano de 2020 duas Ações Judiciais (Processos nº 0241717-65.2020.8.06.0001 e 0247177-33.2020.8.06.0001), ambas em trâmite perante a 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza/CE, foram movidas pelo Consórcio Marquise/Normatel em face do Estado do Ceará, sobre discussão relativa ao Contrato nº 938/2017, cujo objeto consiste na elaboração dos projetos e execução do das Obras do Hospital Regional do Vale do Jaguaribe – HRVJ.

14.1 - A primeira Ação Judicial o Processo nº 0241717-65.2020.8.06.0001, trata-se de discussão relativa à elaboração de projetos e execução dos serviços do item “Impermeabilização”. Em brevíssima síntese, por meio da referida Ação judicial, o Contratado pretende: (i) concessão de medida liminar para que seja determinada a suspensão de cobrança e/ou penalização da SESA em desfavor do Consórcio Marquise Normatel, que envolva os serviços de impermeabilização; (ii) o reconhecimento de que o consórcio Marquise Normatel, encontra-se plenamente adimplente em face das obrigações do item impermeabilização; (iii) alternativamente, na hipótese do reconhecimento da realização de serviços adicionais de impermeabilização requer a formalização de termo aditivo ao Contrato, no valor de R\$ 2.141.361,86.

No que diz respeito à necessidade do serviço de impermeabilização das áreas objeto do Processo, a SESA, a SOP, a Supervisora da Obra e o Consórcio Marquise/Normatel sempre tiveram o mesmo posicionamento no sentido da necessidade e da urgência da execução do serviço, ficando em desacordo apenas a responsabilidade pelo custeio do referido serviço, a saber: A SESA e a Supervisora da Obra entendem que a responsabilidade pelo custeio do serviço em questão é da Contratada, tendo em vista que o contrato é por preço global (elaboração dos projetos executivos de arquitetura e engenharia, contemplando instalações, fundações e estrutura, planilha orçamentária e execução da obra) e que portanto o serviço objeto do processo judicial faria parte das

obrigações da contratada; O Consórcio Marquise/Normatel entende que o serviço objeto do processo judicial não estaria no escopo do contrato.

No mês de fevereiro/2021, fomos informados pela Superintendência Jurídica da SESA que no dia 29 de janeiro de 2021 foi celebrado um “Negócio jurídico processual - Transação Parcial” (em anexo) entre o Consórcio Marquise/Normatel e o Estado do Ceará, representado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, por meio do qual ficou acordado que:

- i- No que diz respeito à “responsabilidade pelo custeio” da parte controversa, objeto do processo judicial, nº 0241717-65.2020.8.06.0001, “as partes convergem que o debate ainda segue em discussão judicial, sem prejuízo da tentativa permanente de negociação, intuito para o qual as partes se renovam seu compromisso nesse momento”, conforme Cláusula Segunda do Negócio jurídico processual - Transação Parcial;
- ii- Será celebrado um aditivo administrativo ao contrato no valor, R\$1.173.699,46 (Cláusula Terceira do Negócio jurídico processual - Transação Parcial), correspondente aos serviços descritos no ponto “b”, da Cláusula Primeira: “Melhorias técnicas em relação às previsões dos desenhos e das plantas, a saber, (b.1) a utilização de manta dupla onde prevista apenas manta simples e (b.2) a ampliação de proteção técnicas nas lajes expostas constantemente ao sol”.

Com isso, a UGP encaminhou questionamento à Superintendência Jurídica da SESA, quanto ao cumprimento do acordo, sendo informados pela citada Superintendência que a SESA poderá dar seguimento à celebração do aditivo de valor, objeto do Negócio jurídico processual sobre os serviços de “melhorias”, somente após homologação judicial do mesmo que, até a data de hoje, 24 de março de 2021, não foi comunicada à esta UGP.

Alertamos que, além do supracitado Aditivo de valor, será necessário celebrar um Aditivo de prorrogação de prazo de Execução de Obra e de Vigência do contrato.

14.2 - Em relação à segunda Ação Judicial, o Processo nº 0247177-33.2020.8.06.0001, que trata do item do Contrato relativo a elaboração dos projetos e a respectiva execução do mobiliário fixo ("armários") do HRVJ, por meio da qual a Contratada requer, em brevíssima síntese: (i) deferimento do pedido liminar para que o Estado do Ceará não realize nenhuma cobrança ou penalidade por descumprimento do edital convocatório sem a prévia formalização do aditamento do contrato no valor de R\$ 200.000,00; (ii) reconhecimento de que o Consórcio Marquise/Normatel está plenamente adimplente em face das obrigações do mobiliário fixo; e (iii) alternativamente, na hipótese do reconhecimento da imprescindibilidade de que se procedam os serviços adicionais de mobiliário fixo ("armários"), requer-se a formalização do competente aditivo, em observância ao equilíbrio econômico financeiro do Contrato, cujo valor estima-se em R\$ 200.000,00. A SESA e a Supervisora da Obra entendem que a responsabilidade pelo custeio do serviço de elaboração dos projetos e a respectiva execução do mobiliário fixo ("armários") do HRVJ é da Contratada, tendo em vista que o TDR contempla o serviço objeto do processo judicial nº 0247177-33.2020.8.06.0001 e que portanto o mesmo faria parte das obrigações da contratada.

Em 19 de outubro de 2020, a SESA tomou conhecimento da ação judicial e apresentou os esclarecimentos e demais subsídios sobre o tema para a PGE referente a intimação sobre a decisão Liminar que determinou a suspensão de qualquer cobrança e/ou penalização relativo ao mobiliário fixo (armários). Até o momento, a SESA não pôde realizar nenhuma cobrança ou penalidade por descumprimento do edital convocatório devido à existência da referida Liminar concedida à Contratada.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

15. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes

16. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Não houve ajustes.

Fortaleza, 29 de março de 2021.

Domenico Abbate

Coordenador – UGP PROEXMAES II/SESA

Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho
Secretário de Saúde do Estado do Ceará